
(Des)mobilização para a luta: o esporte como estratégia nos conflitos da Guiné portuguesa (décadas de 50 e 60 do séc. XX)

(De)mobilizing to fight: the sport as a strategy in the conflicts in Portuguese Guinea (decades of 50 and 60)

Victor Andrade de Melo*

Resumo: Esse artigo tem por objetivo discutir como, na Guiné portuguesa, de 1950 a 1960, tanto o governo provincial quanto os indivíduos que estiveram ligados aos movimentos anticoloniais, depois envolvidos com as ações do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), mobilizaram o esporte no âmbito de suas estratégias políticas tendo em conta o alcance de seus intuitos: manutenção ou libertação da província. Espera-se lançar um novo olhar para as tensões que ocorreram nos territórios portugueses na África, desvendando o uso de estratégias culturais no âmbito dos conflitos coloniais.

Palavras-chave: Esporte; África; Colonialismo.

Abstract: This article aims to discuss how, in 1950's/1960's Portuguese Guinea, both the provincial government and those who were linked to anti-colonial movements, future involved with the actions of the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC), mobilized the sport within their political strategies in view of the scope of its purposes: to maintain or to release the province. It is expected to launch a new look at the tensions that occurred in the Portuguese territories in Africa, revealing the use of cultural strategies in the context of colonial conflicts.

Keywords: Sport; Africa; Colonialism.

* Professor no Programa de Pós-Graduação em História Comparada no Instituto de História e na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador do "Sport": Laboratório de História do Esporte e do Lazer da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Introdução

A partir dos anos 40 (séc. XX), no âmbito das ações governamentais portuguesas, pode-se observar uma maior mobilização do esporte como uma das estratégias de construção de uma ideia de nacionalidade que interessava ao Estado Novo. No que se refere à política colonial, a prática foi paulatinamente encarada como uma ferramenta adequada para auxiliar a consolidar a unidade do império e expressar as supostas contribuições do colonizador para *civilizar* o indígena.

De outro lado, aproveitando a capilaridade que possuía nas colônias/províncias e o fato de que era considerado menos suspeito pelas autoridades governamentais, pelo menos até o início dos conflitos anticoloniais, o esporte foi também utilizado por líderes e militantes de movimentos políticos de contestação como estratégia de mobilização e divulgação das causas independentistas.¹ Como inferem Melo e Bittencourt,

parece-nos possível afirmar que esse tipo de estratégia menos claramente identificada como política merece atenção por ter ajudado na consolidação de certas iniciativas de contestação, tanto por atrair novos militantes, quanto por gerar espaços mais confortáveis de organização dos grupos opositores ao regime, inclusive por permitir uma maior atuação de certas lideranças das lutas anticoloniais. (2012).

Considerando essas duas facetas, este artigo tem por objetivo discutir como, na Guiné portuguesa, de 1950 a 1960, tanto o governo provincial quanto os que estiveram ligados aos movimentos anticoloniais, depois envolvidos com as ações do PAIGC, utilizaram o esporte no âmbito de suas estratégias políticas tendo em conta o alcance de seus intuitos: manutenção ou libertação da província, desmobilização ou mobilização para a luta.

Espera-se lançar um novo olhar para as tensões que ocorreram nos territórios portugueses na África, desvendando o uso de estratégias culturais no âmbito dos conflitos coloniais.

O esporte e os interesses portugueses na Guiné

Em 10 de junho de 1948, as mais importantes autoridades coloniais, delegações dos principais clubes e grande público assistiram à

inauguração do novo estádio da capital, erigido nos terrenos da mais antiga agremiação da Guiné portuguesa, a União Desportiva Internacional de Bissau (UDIB), criada em 1929. O governo já vinha construindo instalações esportivas em várias regiões e caprichara na que seria a principal da colônia: várias modalidades, além do já popular futebol, foram contempladas nos projetos do estádio.

Protagonizaram a cerimônia inaugural o governador-geral da Guiné, Capitão de Fragata Sarmiento Rodrigues, e o Primeiro-Tenente Peixoto Correa, presidente do Conselho de Desportos, criado pelo primeiro, tendo em vista incrementar o desenvolvimento da prática na província. Seus discursos nos ajudam a entender os motivos de tão alto investimento na prática esportiva. Segundo Correa, aliás, a construção do estádio tratava-se do “acontecimento desportivo mais importante de todos os tempos da história da Guiné e um dos de maior alcance no plano geral de realizações”.²

Um dos motivos alegados se referia aos bons resultados que equipes locais vinham logrando em jogos ocasionais ou em eventuais torneios realizados em países vizinhos. O principal argumento, contudo, era mesmo a suposta contribuição que estava sendo dada à colônia, uma expressão dos compromissos da metrópole para com aquela, como disse Correa: “Terra de vida por vezes difícil, mas onde não tem cessado, como primacial fim civilizador, a preocupação de facilitar aos seus habitantes os meios de valorizarem o seu nível social.”³ Para o presidente do Conselho de Desportos, tratava-se de incentivar agências de formação que contribuiriam para que o governo cumprisse seu intuito primordial: “concorrer para a civilização da gente dessa província”.⁴

Correa articulava os dois argumentos: exaltava o governo pelos investimentos no esporte, que teriam sido feitos tendo em vista contribuir para o engrandecimento da colônia, cuja maior expressão de sucesso seriam os bons resultados internacionais, que, da mesma forma, ajudariam a divulgar os supostos compromissos de Portugal para com seus territórios na África.

No seu discurso na cerimônia, Sarmiento Rodrigues enumera suas realizações no âmbito do esporte e, a exemplo de Correa, exalta que tais investimentos são uma demonstração dos compromissos governamentais com a educação, a promoção de melhorias na província e o estímulo à saúde da mocidade. Tratava-se, pois, de um exemplo dos benefícios da colonização portuguesa:

Entrego tudo isso e os meus votos confiados à mocidade. Para que ela saiba fazer a sua vida com brio e lealdade, generosa e alegre, saudável de corpo e alma – como eu gostaria que fosse, em todas as facetas, esta nossa Guiné. Nada mais fizemos e nada mais faremos do que cumprir e continuar cumprindo o nosso dever para com os novos. Estou certo que também eles continuarão a cumprir, cada vez melhor, o seu dever para com a Guiné.⁵

Há que se destacar o envolvimento de Sarmento Rodrigues, governador-geral da Guiné entre 1945 e 1949. Importante personagem do império, ele chegou a ser apontado como um dos possíveis candidatos à presidência, em 1964, para substituir Américo Thomaz, algo que não se consolidou por sua ligação com um grupo mais reformista, uma corrente mais liberal, segundo os termos de Leonard (1997). Sarmento Rodrigues,

na década de 1960, chegou a propor uma espécie de autonomização das colônias da África auxiliada com a transferência da administração portuguesa, ou seja, para ele o futuro de Portugal estaria numa África independente. Sarmento Rodrigues defendia também a tese do espaço econômico português. (PINTO, 2009, p. 477).

Amigo próximo de Marcelo Caetano e de Adriano Moreira, foi um dos defensores e responsáveis por promover uma nova relação da metrópole com os territórios africanos, em um momento em que pesavam sobre Portugal pressões internacionais em função do regime autoritário de Salazar e da negativa de encerramento dos laços coloniais.⁶ No momento em que era governador da Guiné, articulado com Caetano (na ocasião, ministro das Colônias), fez da colônia um “primeiro campo de ensaio destes novos rumos da política colonial portuguesa”. (SILVA, 2006, p. 143).

Sua gestão foi marcada por um grande envolvimento com a população, pela tentativa de se tornar reconhecido pelos guineenses, pela distensão das relações coloniais (entre outras coisas, a proibição de castigos corporais e o envolvimento de alguns naturais em postos antes a eles obliterados), por um investimento na infraestrutura local.

Entre 1951 e 1955, Sarmiento Rodrigues assumiu o Ministério das Colônias, do Ultramar, sendo um dos responsáveis pela revogação do Ato Colonial e pela transformação das antigas colônias em “províncias ultramarinas”.⁷ Mais ainda, foi um dos que propôs e buscou fortalecer o diálogo com Gilberto Freyre⁸ e suas ideias luso-tropicalistas, algo que nortearia a política portuguesa a partir da década de 50 (séc. XX):

“Inventada” com base em pressupostos históricos e numa imagem essencialista da personalidade do povo português, além de ter servido a interesses políticos-ideológicos conjunturais durante o Estado Novo, ajudou a perpetuar uma imagem mítica da identidade cultural portuguesa, concedendo-lhe autoridade “científica” de que até aí não dispunha. (CASTELO, 1998, p. 14, grifo da autora).

Não surpreende, assim, que, tanto nas suas experiências na Guiné e no Ministério quanto na sua administração de Moçambique (foi governador-geral de 1961 a 1964), Sarmiento Rodrigues tenha procurado exaltar uma identidade em comum para o império e promover melhorias nas condições de vida das colônias/províncias. Entre suas ações, comumente, investiu e incentivou o desenvolvimento do esporte.

Exemplos dessas iniciativas foram os incentivos para a construção de estádios em São Tomé e Príncipe, quando era ministro, pelo que foi homenageado com o nome da instalação (por ocasião da independência, foi renomeado para 12 de julho), e em Moçambique, o Estádio Salazar, em conjunto com o Clube Ferroviário (como fizera com a UDIB, na Guiné) e com a administração dos Caminhos de Ferro.

Aliás, vale destacar que, na inauguração do Estádio Salazar, em 1968, já sendo ministro do Ultramar Joaquim Moreira da Silva Cunha, foi realizado um jogo com a seleção brasileira: celebrar-se-iam as ideias luso-tropicalistas e ainda haveria a chance de a equipe portuguesa sagrar-se vencedora, o que sugeriria uma primazia do colonizador (pairava a lembrança da vitória do selecionado de Portugal por 3x1, na Copa de 1966).⁹

Por tal envolvimento com os temas locais, entre os quais as “coisas” do esporte, entende-se por que, em 1949, quando se despedia da Guiné, Sarmiento Rodrigues foi homenageado pelos clubes locais, tendo sido o Estádio de Bissau com seu nome batizado.¹⁰ O fato é que durante sua gestão houve grande incremento nas práticas esportivas, algo que

repercutiu nas décadas de 50 e 60 do séc. XX, mesmo que o governador seguinte, Rodrigues Serrão, de atuação controvertida do ponto de vista dos resultados (SILVA, 2006), não tenha mantido o mesmo apoio e investimento.

Uma faceta desse desenvolvimento esportivo é o já citado número de participações em competições internacionais, envolvendo tanto clubes quanto seleções provinciais, realizadas em Bissau quanto fora da província, notadamente no Senegal, na Gâmbia, em Gana, na Nigéria e em Cabo Verde.

Merece destaque o Torneio Internacional de Futebol da África Ocidental, instituído em 1948, pelo Conselho de Desportos, realizado na Guiné, mas também no Senegal e na Gâmbia. A seleção provincial competia envergando as cores portuguesas, e as vitórias eram comemoradas como sinais de sucesso do império. Sobre um difícil jogo, a final da edição de 1953, quando a equipe sagrou-se campeã ao derrotar a seleção de Dakar (3x2), assim se pronunciou no Boletim Cultural:¹¹

A segunda parte foi um pesadelo para nós portugueses. Vibrava ali mais que a fé desportista: era o patriotismo ardente de todos nós em um único desejo em todos os corações e enquanto os jogadores se movimentavam heroicamente para honrar as nobres tradições do povo batalhador que nunca recuou perante uma força maior, a Bandeira verde-rubra drapejava lá no alto como a querer incutir-lhes mais confiança e a indicar o caminho da fé e o grito dos séculos – para a frente rapazes de Portugal – e assim foi.¹²

A mensagem é explícita. Aquela partida de futebol teria recriado anos de história portuguesa, a suposta garra que sempre marcou o espírito do colonizador, tradições rememoradas pela bandeira que servia como inspiração. Naquele momento, a seleção provincial, formada por colonos, cabo-verdianos e guineenses, representava o império unido, que caminhava de mãos dadas para honrar sua história. Os parágrafos seguintes da matéria são ainda mais explícitos:

Uma arrancada histórica, como as de Mouzinho e Nuno Alvares, quando as nossas hostes pareciam condenadas – e a vitória é nossa mais uma vez. Oh! Rubro sangue lusitano! Verde esperança e fé cristã! Ainda somos o mesmo. Não é Bissau que vive hoje uma hora intensa

de alegria, mas são todos os portugueses que a sentem e a festejam ruidosamente, exteriorizando o grande contentamento, o prazer que lhes enche a alma.

A seleção da Guiné, que comumente obtinha bons resultados, era, portanto, considerada como uma expressão do valor lusitano ante outros países, o francês Senegal, a britânica Gâmbia. Supostamente, se tratava de mais uma demonstração de que fora diferente o processo de colonização implementado pelos portugueses.

Além dos torneios internacionais, havia muitos campeonatos internos, tanto específicos de algumas regiões da província quanto outros envolvendo toda a Guiné (nos quais tomavam parte equipes das principais cidades guineenses), além de várias taças isoladas ou “amistosas” com equipes que vinham de Portugal, situações efusivamente saudadas como ocasião que “permitia ligar os desportistas da Metrópole com os das províncias ultramarinas num intercâmbio de amizade e desportivismo”.¹³

Mais ainda: em vista do que foi denominado de “um notável gesto de lusitanidade”,¹⁴ a Federação Portuguesa de Futebol abriu a possibilidade de participação de equipes das províncias ultramarinas na “Taça de Portugal”. No ano de 1965, o campeão da Guiné, a UDIB, enfrentou a equipe vitoriosa de Cabo Verde, a Acadêmica, um jogo em Mindelo, outro em Bissau, uma vitória para cada um, sagrando-se classificado o clube guineense pelo saldo de gols.

Com isso, a UDIB desloca-se para a metrópole, para disputar a fase seguinte com o Sporting Olhanense, uma partida em Olhão e outra em Lisboa, sendo derrotada em ambas. Tratava-se de mais uma estratégia adotada pelo governo português para explicitar que considerava os territórios ultramarinos como parte efetiva do país, em um momento em que Portugal estava sendo cada vez mais pressionado para romper seus laços coloniais.

Não só de futebol se constituía a vida esportiva da província. Nas edições do *Boletim Cultural*, vemos anúncios de jogos e torneios de hóquei sobre patins, basquete, vôlei, handebol, tênis, bem como provas de ciclismo, motociclismo e automobilismo. Era perceptível o grande público que acompanhava com fervor as muitas competições.

De outro lado, não era amplamente possível a participação de todos como atletas. Muitos clubes mantinham-se fechados aos “indígenas”, os

naturais da terra.¹⁵ Na verdade, a maioria dos que tinham ligações com as agremiações era de colonos brancos, cabo-verdianos (que não estiveram submetidos ao regime do indigenato), alguns poucos “assimilados” (que desde 1946 já não eram assim denominados, sendo, no âmbito legal, considerados cidadãos). A própria UDIB, um dos pontos de encontro da elite local, foi fundada por funcionários da Alfandega, dos Correios, do Banco Ultramarino e do comércio em geral, tendo sempre contado, ora mais, ora menos, com algum apoio governamental.

Vejam os que, segundo o que informa Silva (2006), no censo de 1950, havia 500 mil indígenas e apenas 8.320 cidadãos (dos quais 58% eram da Guiné). Uma grande parte da população, portanto, não tinha direito de ter acesso aos clubes. Contra esse quadro também se rebelavam alguns mestiços que integravam um estrato médio da Guiné, indivíduos que deram partida ao processo de mobilização que deu origem à guerra colonial.

Aliás, quando a guerra colonial foi desencadeada, a vida esportiva na Guiné sentiu os impactos. Em função dos conflitos armados, reduziram-se o número e o porte dos campeonatos, já que os clubes não podiam mais percorrer com segurança a província. Para além disso, muitos jogadores se engajaram nas lutas, como veremos no próximo item.

Desafiando o inimigo: o esporte e os movimentos anticoloniais

Da mesma forma que foi utilizado pelas autoridades governamentais tendo em vista os intuitos de manutenção do vasto império português, o esporte também esteve contemplado em estratégias de mobilização para as lutas coloniais. Pode-se observar tal dimensão em iniciativas de um dos principais personagens das lutas pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, um dos mais importantes intelectuais e líderes africanos do pós-Segunda Grande Guerra: Amílcar Cabral.

Filho de cabo-verdianos, nascido na Guiné portuguesa, em 1924, com 8 anos de idade, Amílcar chegou em Cabo Verde, acompanhando seu pai Juvenal Cabral, personagem de certa proeminência na história do arquipélago, que retornava a sua terra natal. Sua mãe, Iva Évora, já tendo desfeito o casamento, somente voltaria dois anos depois, após ter resolvido alguns problemas em Bissau. (TOMÁS, 2008).

Desde o tempo em que fora aluno de destaque no importante Liceu Gil Eanes (Mindelo, ilha de São Vicente), Amílcar esteve envolvido com agremiações esportivas e associações juvenis, nas quais começou a

tomar consciência da situação das colônias. Bom jogador de futebol, era apaixonado pelo esporte em geral, como seu irmão Luis Cabral, primeiro presidente da Guiné-Bissau independente, na juventude atleta de voleibol.

Em 1945, Amílcar se deslocou para Lisboa, para estudar, como bolsista, no Instituto Superior de Agronomia. Por lá esteve envolvido com as atividades da Casa dos Estudantes do Império, do Clube Marítimo Africano, da Casa de África e do Centro de Estudos Africanos, instituições nas quais se formou uma parte importante das lideranças das lutas anticoloniais.¹⁶ Como lembra Tomás, “aberto, simpático e desenvolto, integrou-se igualmente com bastante facilidade no meio social do seu Instituto”. (2008, p. 60).

Cabral era presença constante nos eventos esportivos, se destacando nas diversas equipes de futebol que integrou.¹⁷ A sua paixão pelo esporte pode ser vista na caricatura realizada por um colega de turma, José Carlos Sousa Veloso, publicada no livro de fim de curso (1945-1946), no Instituto Superior de Agronomia: é retratado de uniforme, meióes e chuteiras; nas mãos tem livros de Engels, Lênin e Dostoiévski; seu amor por Cabo Verde é traduzido pelas lágrimas caindo sobre a representação do arquipélago em um globo.¹⁸

Figura 1 – Caricatura de Cabral



Fonte: José C. S. Veloso (1945).

Desde que regressou à Guiné, em 1952, na condição de engenheiro agrônomo, a serviço do Ministério do Ultramar, Amílcar se mobilizou para criar um clube esportivo para os naturais da província, vislumbrando que a agremiação deveria investir na elevação do nível cultural dos associados. Em 1954, fundou o Clube Desportivo e Recreativo de Bissau. Nas suas palavras:

Antes de darmos início à luta armada, decidimos criar organizações africanas. Em 1954 começamos por criar organizações recreativas, já que era impossível nessa altura dar-lhes um caráter político. Isso foi importante não por causa da ideia de criar uma associação, mas porque o colonialismo não o permitiu, o que provou às grandes massas de jovens que se tinham entusiasmado por esta ideia, que sob o domínio português os africanos não tinham quaisquer direitos. Isso deu-nos mais coragem para outras ações, para difundir outras ideias e para fazer avançar a luta. (Apud MELO, 1974, p. 161).

O clube fora concebido como uma estratégia para gerar um espaço para a realização de atividades políticas, em um momento em que estava restrita a possibilidade de reunião. Tinha também a intenção de garantir o que Cabral compreendia ser um direito básico de todos: o acesso a práticas esportivas, recreativas e artísticas. Amílcar, enfim, entendia a iniciativa como uma alternativa para despertar a consciência da população para sua condição colonial, para conclamá-la a participar mais ativamente de ações de contestação.

Esta foi, na verdade, uma estratégia política comum na trajetória de Amílcar Cabral:

formar pequenos grupos para discutir diversos assuntos culturais, relacionados com a literatura e poesia, por exemplo, e, ao mesmo tempo, ir destacando os elementos mais conscientes para, numa fase posterior, desenvolver um trabalho mais político e mais arriscado. (TOMÁS, 2008, p. 88).

Ao conclamar a juventude a participar dos movimentos anticoloniais, Cabral explicitava sua visão acerca da importância do esporte como estratégia de aglutinação, que precisava, contudo, depois, ser superada com outro tipo de envolvimento:

Nessa grande batalha da justiça contra a injustiça, a juventude guineense e cabo-verdiana tem de desempenhar um papel importante. É por isso que a nossa juventude se organiza cada vez mais, abandona o campo de futebol ou de basquetebol e todos os divertimentos fáceis, para se preparar cuidadosamente para, no campo de batalha, empregar todas as suas forças, toda a sua inteligência, pela vitória da causa de nossos povos. (CABRAL, 1977, p. 17).

Essa postura era coerente com a sua ideia de que a cultura popular deveria formar a base para a luta anticolonial. Para ele, inclusive, não se tratava de negar, mas de reavaliar as bases culturais coloniais, utilizando-as para fins de contraposição, de construção de uma nova ordem social. Como lembra Fernandes: “Em Cabral, os traços de cultura são reinterpretados e cotejados com as necessidades concretas de inserção universal do homem africano.” (2006, p. 201).

No caso do futebol, antes mesmo da iniciativa de criação do Desportivo e Recreativo de Bissau, Cabral já se oferecera e atuara como técnico de equipes locais da Guiné. Na verdade, como o grupo inicial de engajados com suas propostas era formado, majoritariamente, por cabo-verdianos, tratava-se também de uma alternativa para buscar maior proximidade com os guineenses. Abílio Duarte lembra:

O Cabral destinou-me ao Sporting, que era o clube mais anti-cabo-verdiano naquela altura. Entretanto, as coisas foram andando... Do meu lado, quebrei a vidraça da cachupa:¹⁹ acabei por estabelecer um relacionamento profundo com os guineenses, sem romper contudo os meus laços com os cabo-verdianos. Havia um casulo em que os cabo-verdianos viviam. Formavam um mundo à parte, só seu. (Apud LOPES, 2002, p. 48).

Aristides Pereira, futuro primeiro presidente de Cabo Verde (1975-1991), também lembra que, até por não haver possibilidades de falar sobre política se interessava muito: “Pela camada jovem guineense, principalmente desportistas, e procurava incutir-lhes o gosto e a necessidade de aprender para além da instrução primária a que estavam confinados por lei.” (2003, p. 79).

O futebol foi, portanto, uma das estratégias perspectivadas para tentar romper as desconfianças históricas que existiam entre cabo-

verdianos e guineenses, o que não era de se estranhar já que muitos originários do arquipélago ocuparam postos ligados à administração da Guiné. Grande parte dos naturais, na sua própria terra, sequer podiam frequentar os mesmos espaços que os cabo-verdianos.

O testemunho de Aristides Pereira ajuda a ampliar a compreensão e perceber os limites dessa alternativa de aproximação. Ao comentar a primeira viagem que fez à Guiné, afirmou: “Estive em Bissau de uma semana a dez dias, ‘encostado’ em quarto de amigos cabo-verdianos – jovens, principalmente futebolistas, que nos últimos tempos tinham sido atraídos pelas boas condições de emprego na Guiné.” (PEREIRA, 2003, p. 74).

De fato, desde o momento em que o esporte começou a melhor se estruturar na Guiné, no período de governança de Sarmento Rodrigues, tornou-se comum que jogadores cabo-verdianos integrassem equipes locais de futebol: eram contratados com bons salários por empresas por lá estabelecidas, gozando de alguns privilégios para participar dos jogos e treinos. Uma foto da seleção provincial de 1954 demonstra que era formada, majoritariamente, por atletas originários do arquipélago:²⁰ Júlio de Almeida (que foi um dos fundadores do PAIGC), Joãozinho Burgo, Antero Bubú, Marcelino Ferreira, entre outros.

Essa grande presença de cabo-verdianos nas equipes da Guiné, não poucas vezes, acirrou as rivalidades. Como os oriundos do arquipélago estavam envolvidos, desde a fundação, com o Sport Bissau e Benfica e com a UDIB, os naturais se envolveram com o Sporting Club de Bissau.²¹

Bobo Keita (CARVALHO, 2011), um dos grandes jogadores da seleção provincial e um dos mais importantes líderes dos combates anticoloniais, lembra que ficou dividido quando o Benfica quis contratá-lo, já que o Sporting era seu time do coração. O pai (benfiquista fervoroso), acabou convencendo-o e surgiu a oportunidade de se dedicar ao esporte de que tanto gostava.

Pereira, todavia, minimizou essas tensões, ainda que reconhecesse que nos campos de futebol se percebiam clivagens sociais:

Havia a UDIB (União Desportiva Internacional de Bissau), conhecida por agrupar o que se dizia a elite de Bissau, quer dizer, brancos; o Benfica, enquadrado por colonos benfiquistas, mas tido como clube dos cabo-verdianos, por ter muitos jogadores recrutados em Cabo

Verde; o Sporting, também enquadrado por portugueses, particularmente pelos irmãos Peralta [...], que se esforçavam para dar uma conotação nativista ao clube. (PEREIRA, 2003, p. 77).

Para Pereira, essas diferenças se manifestavam nos dias de jogos, mas as rivalidades não extravasavam para outros espaços, havendo mesmo certa harmonia entre cabo-verdianos e guineenses no cotidiano. De acordo com o seu olhar, as principais tensões eram observáveis entre as diversas etnias da Guiné.²²

De qualquer forma, vale observar que não foram exatamente tranquilas as reuniões que prepararam a fundação do Clube Desportivo e Recreativo de Bissau. Um dos pontos de tensão foi exatamente a desconfiança que havia entre os cabo-verdianos e os guineenses. Uma polêmica final se deu quando Cabral sugeriu que ele não assinasse o pedido de autorização do funcionamento do clube, para não ser identificado como um dos líderes da iniciativa. Isso foi encarado por muitos guineenses como um ato de covardia, o que chegou a decepcioná-lo, por achar que já estava clara a sinceridade de sua motivação política. (TOMÁS, 2008, p. 74).

Ainda que nascido na Guiné, Cabral era mais identificado como cabo-verdiano, além de ser funcionário do governo metropolitano e de ter um padrão de vida mais elevado; efetivamente, se tratava de alguém suspeito. Muitos não acreditavam que fosse aderir aos combates anticoloniais. No decorrer do tempo, inclusive, várias foram as críticas ao fato de que, com frequência, viajava para divulgar a causa e conseguir apoios, algo que, de fato, foi fundamental para o sucesso do movimento.²³

Mesmo que estivesse supostamente disfarçado o aspecto político, a Polícia de Segurança Pública (PSP)²⁴ não tardou a desconfiar da iniciativa de criação do Clube Desportivo e Recreativo de Bissau:

O Engenheiro Amílcar Cabral e a sua mulher comportaram-se de maneira a levantar suspeitas de atividades contra a nossa presença nos territórios de África com exaltação de prioridade de direitos dos nativos e, como método de difundir as suas ideias por meios legalizados, o Engenheiro pretendeu e chegou a requerer juntamente com outros nativos, a fundação de uma agremiação desportiva e recreativa de Bissau, não tendo o Governo autorizado.²⁵

O órgão de segurança identificou que os envolvidos com a criação da agremiação faziam parte de movimentos contrários à condição colonial:

Eram anti-situacionistas o João Vaz, ajudante de mecânico, de 33 anos, natural de S. Tomé; Carlos António da Silva Semedo Júnior, de 21 anos, estudante, a estudar em Lisboa; Pedro Mendes Pereira, enfermeiro de 1ª classe, de 52 anos; Inácio Carvalho Alvarenga, 42 anos; Julião Júlio Correia, de 50 anos de idade; Martinho Gomes Ramos, de 35 anos; Victor Fernandes, de 30 anos; Bernardo Máximo Vieira, de 33 anos; tendo esses mesmos indivíduos assinado a petição referida no sentido da criação de um clube denominado Clube Desportivo e Recreativo de Bissau, destinado ao desenvolvimento de atividades nativistas, superiormente orientadas pelo engenheiro Amílcar Cabral.²⁶

Os agentes policiais não estavam equivocados. Hoje se sabe que a experiência do clube foi uma das mais significativas iniciativas que antecederam e contribuíram para a criação do PAIGC. Segundo o próprio Amílcar,

as tentativas de organizações coletivas situam-se a partir de 1953. Os elementos ditos “assimilados” ou “civilizados” organizam-se a princípio nas zonas urbanas. Em 1954 um grupo de nacionalistas da Guiné e de Cabo Verde tinha em vista fundar uma associação desportiva e recreativa, cujo objetivo secreto era o desenvolvimento da luta anticolonial. As autoridades opuseram-se a sua formação com o pretexto de que os estatutos inseriam uma cláusula segundo a qual os “indígenas” podiam ser admitidos como membros. Perante este obstáculo, um grupo de assalariados e comerciantes, funcionários e estudantes criou o MING (Movimento para a Independência da Guiné). Finalmente em setembro de 1956, no meio de uma reunião realizada em Bissau, o MING cede lugar ao PAIGC. (Apud MELO, 1974, p. 163, grifos do autor).

De fato, uma das conclusões da “Missão de Estudo dos Movimentos Associativos em África”, criada em 1957, liderada por Joaquim Moreira da Silva Cunha (que futuramente seria ministro do Ultramar), é que se deveria estar atento aos clubes, para que não servissem de canal de entrada e difusão de ideias independentistas. (SILVA, 2006).

Mesmo que a ideia de um Clube Desportivo e Recreativo de Bissau não tenha avançado, é fato que muitos dos líderes guineenses das lutas anticoloniais na Guiné estiveram envolvidos com as iniciativas de Cabral e/ou com outras agremiações esportivas locais: o já citado Bobo Keita, Carlos Correia, Constantino Teixeira, Nino Vieira, entre outros.²⁷

Um indício interessante de como o esporte também funcionou como espaço de tomada de consciência pode ser encontrado em depoimentos de Bobo Keita. Segundo ele, o futebol foi sua via de entrada na política. Ele, inclusive, lembra que já conhecia Cabral dos jogos e torneios que organizava na Granja do Pessubé,²⁸ mas que, a princípio, não ligara o treinador com a imagem do líder que estava à frente dos movimentos de contestação.

Vejamos outro exemplo desse contato, no depoimento de Mamadu Lamarana Bari, ao lembrar de sua infância:

Quantas vezes não carreguei a sacola de equipamentos de jogos destes mesmos jovens que se reuniam na casa da minha avó porque eram amigos e colegas do meu tio Bobo Djaló para o campo de barro de Banculém? Lembro-me muito de todos eles: Bôbo Djaló, Hospede Djassi, Quebá Mané, Agostinho Sambu, Mama Lamine (Arcanju), Eugénio Silá, Cuíno, João de Deus, Lai Seck, Julião Lopes, Bôbo Keita, Korca Só, Umaro Djaló, Lino Correia, Amará Keita e outros tantos cujos nomes hoje não lembro mais, mas de fisionomia eu sei quem são. Independentemente da pelada que jogavam, todos iam para Ponte Cimento, na Granja, tomar banho. Ouvia-se falar da reunião com um Engenheiro que trabalhava na Granja de Pessubé (Amilcar Cabral).²⁹

Para Keita, todavia, para além desses encontros com Cabral, um contato mais concreto com a questão da independência se deu quando fora jogar em países que já tinham rompido os laços coloniais. Lembra especialmente de um torneio disputado em 1960, na Nigéria, em homenagem a Kwane Nkrumah, um dos mentores do pan-africanismo e, na ocasião, presidente de Gana (que se tornara independente em 1957). Segundo Keita, o que o marcou muito foi o encontro com o líder, que os exortou a se engajarem nas lutas de libertação, para ele uma obrigação de todo africano naquele contexto: “Esse discurso do Nkrumah representa para mim o primeiro acto de alerta no posterior desenvolvimento da minha consciência nacionalista.” (Apud CARVALHO, 2011, p. 43).

De um lado, parecia-lhe um sonho distante a independência. De outro, Keita se encantou com a vida de uma nação livre, cujos negros não estavam mais submetidos aos brancos. Essas impressões reforçaram-se em um torneio disputado no ano seguinte, no âmbito das comemorações do Primeiro Aniversário da Independência da Nigéria.

Por outro lado, gestou-se um movimento interno entre os jogadores no sentido de reivindicar pagamento pela participação na seleção provincial e melhores condições de treino, cujo auge se deu em uma competição na Gâmbia, quando ameaçaram não entrar em campo. Na volta, todos foram interrogados pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), segundo Keita e somente não foram presos porque eram muito populares, inclusive entre as autoridades governamentais.

Acompanhados de perto pela PIDE, incomodados com a situação que viviam na Guiné e inspirados pelo que acontecia em outros países, tendo tomado conhecimento da existência de lutas coloniais, oito jogadores da equipe (entre os quais Keita, João de Deus, Lino Correa e Julião Lopes) se integraram ao PAIGC:

O futebol foi nosso trampolim, fomos jogando pelo caminho até chegarmos à Conacri. Quiseram integrar-me na Seleção da Guiné Conacri, mas não aceitei, porque o que eu queria era lutar pela independência de meu país. (KEITA apud LOPES, 2002, p. 662).³⁰

Até que, definitivamente, o governo provincial proibisse as viagens para o Exterior, tendo em vista o acirrar dos conflitos, essas ocasiões eram cercadas de tentativas de cooptação por parte do PAIGC, que possuía muitos membros na Guiné-Conacri (independente em 1958) e no Senegal (independente em 1960). Informa Artur Pinhel, um dos jogadores que não aderiu ao partido: “Uma vez, na Gâmbia, estivemos quase a ser mobilizados. Estive a um passo de pegar na arma, mas não avancei [...]. Depois, quando regressávamos a Bissau, a PIDE tentava perceber se nos tínhamos aliado ao PAIGC e ameaçava-nos.”³¹

Entre os cabo-verdianos que se envolveram com as tensões pré-independência, muitos também tinham forte relação com o futebol. Um exemplo é Leitão da Graça, que foi jogador em Mindelo. Um dos motivos de sua ida para Coimbra foi o sonho de integrar uma equipe da metrópole. Em Portugal, chegou a jogar no Sporting, mas imerso no

contexto de construção de iniciativas de contraposição, tomou consciência da situação das colônias e acabou por se engajar nas lutas.

Processo semelhante ocorreu com Manuel Faustino e Silvino Manuel da Luz, que do sonho de serem jogadores de futebol, o que os levou a se transferirem para Coimbra, rumaram à participação ativa em movimentos políticos. O mesmo se passou com o já citado Júlio de Almeida: de goleiro da seleção provincial da Guiné, passou a ser um dos fundadores do PAIGC. Aristides Pereira chegou a ser dirigente do Boavista de Praia, da ilha de Santiago. (MELO, 2011).³²

Enfim, para Amílcar Cabral o esporte fazia parte de um projeto que forjava uma visão de nacionalismo com base na ideia de africanidade e na reivindicação explícita não só de qualquer autonomia jurídica, mas de independência propriamente dita. A sua concepção de prática estava plenamente articulada com seu pensamento e sua visão estratégica: o intelectual a serviço do povo deve aproveitar as possíveis empatias para implementar o processo de tomada de consciência.

Ainda que de grande relevância, as iniciativas de Cabral não parecem ter sido as únicas situações que serviram para que o esporte fosse porta de entrada para lutas coloniais. Como demonstra o depoimento de Keita, o contato com os países recém-independentes, possível em função dos torneios internacionais, também parece ter sido relevante. Além disso, ainda havia casos como o dos cabo-verdianos que foram para Portugal porque tinham o futebol como interesse principal, mas, frequentando entidades de africanos (como o Clube Marítimo e a Casa dos Estudantes do Império), foram envolvidos pelo clima do momento, aderindo às lutas coloniais.

À guisa de conclusão

Nem somente estratégia de alienação, tampouco apenas uma ferramenta de mobilização para a luta. Como podemos ver no artigo, a prática esportiva foi apreendida com diferentes intencionalidades pelos grupos políticos que atuavam na Guiné que fervilhava com os movimentos anticoloniais, nos anos 50 e 60 do séc. XX.

Entre os dois usos do esporte há pontos em comum: os dois grupos o encaravam como um potencial instrumento em função de sua popularidade, de sua capacidade de emocionar e envolver o público, por ser menos suspeita do ponto de vista político. Além disso, havia

mesmo a paixão dos envolvidos com a prática, notadamente com o futebol.

É de destacar, pois, como, ao redor dessa manifestação cultural, se pode perceber as tensões e ações que caracterizaram um momento-chave da história de Portugal e da África.

Notas

- ¹ Para um panorama da presença do esporte nas colônias/províncias portuguesas na África, ver Melo, Bittencourt e Nascimento (2010) e Melo (2011).
- ² *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. 3, n. 11, p. 809, 1948.
- ³ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. 3, n. 11, p. 809, 1948.
- ⁴ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. 3, n. 11, p. 810, 1948.
- ⁵ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. 3, n. 11, p. 819, 1948.
- ⁶ O país, por exemplo, somente em 1955 foi aceito na Organização das Nações Unidas (ONU). Para mais informações, Pimenta (2010).
- ⁷ De acordo com Cláudia Castelo, tais iniciativas correspondem “à necessidade de afirmar a unidade nacional perante a comunidade internacional. Contudo, a conjuntura externa não consegue provocar alterações de fundo, nomeadamente ao nível da política indígena.” (1998, p. 51). Mesmo que essa linha reformista tenha, durante algum tempo, logrado algum prestígio, ela acabou derrotada. Só mesmo a revolução de 25 de abril de 1974 daria fim à experiência imperial portuguesa. Para mais informações, Pimenta (2010).
- ⁸ Sarmento Rodrigues foi um dos responsáveis por apresentar a obra de Freire e convencer Salazar a convidá-lo para a célebre viagem pelas províncias, por ele também organizada. Para mais informações, Pinto (2009).
- ⁹ Essa expectativa não se confirmou: a seleção brasileira venceu por 2 x 0.
- ¹⁰ No pós-independência, o estádio foi nomeado Lino Correia, ex-jogador da seleção provincial que abandonou a equipe para se engajar nas lutas anticoloniais, tendo morrido precocemente, em um acidente.
- ¹¹ Tanto o *Boletim Cultural* da Guiné Portuguesa, quanto a instituição responsável por editá-lo, de 1946 a 1973, o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, foram criações de Sarmento Rodrigues. O intuito do periódico era difundir informações sobre as pesquisas realizadas e divulgar os principais fatos da colônia.
- ¹² *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. 8, n. 31, p. 575, 1953.
- ¹³ Matéria sobre a visita da Associação Acadêmica de Coimbra. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. 13, n. 50, 1958. p. 226.
- ¹⁴ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. 20, n. 79, p. 312, 1965.
- ¹⁵ Eram considerados indígenas os que não atendessem simultaneamente a quatro condições: ter domínio do português; dispor de rendimentos suficientes; ter bom comportamento; ter cumprido deveres militares. (SILVA, 2006).
- ¹⁶ Para mais informações sobre essas instituições, Bittencourt (1999) e Melo e Bittencourt (2012).
- ¹⁷ Algumas referências sugerem que chegou a ser convidado a integrar a equipe do Benfica. Não é difícil que isso tenha de fato ocorrido, mas não consegui comprovar tal informação.

¹⁸ Acervo da Fundação Mário Soares em Lisboa. Disponível em <<http://www.fmsoares.pt/aeb/Dossier01/documentos/expo02/1.htm>>. Acesso em: 24 maio 2010. As lágrimas de Cabral podem também ser uma referência irônica a seu trabalho sobre a seca em Cabo Verde.

¹⁹ Cachupa é o prato típico de Cabo Verde, muito apreciado pela população.

²⁰ Disponível em: <<http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2010/08/guine-6374-p6853-futebol-e-nacionalismo.html>>. Acesso em: 27 set. 2010.

²¹ Sobre a rivalidade entre guineenses e cabo-verdianos no futebol, há interessantes opiniões disponíveis em <<http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2010/08/guine-6374-p6815-memorias-de-um.html>>. Acesso em: 27 set. 2010.

²² Vale observar que chegaram a ser organizados jogos entre seleções de cabo-verdianos que viviam na Guiné e de originários da Guiné. Na partida de 1949, por exemplo, a primeira ganhou de 3x1 (*Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. 4, n. 16, p. 765, 1949).

²³ Na verdade, os conflitos entre cabo-verdianos e guineenses jamais resolveriam totalmente, sempre persistindo o desconforto de ambos os lados. Essa tensão teria como desdobramentos futuros a morte de Amílcar Cabral (1973) e o fim do projeto de Estado Binacional Cabo Verde-Guiné (1980). Para mais informações, Pereira (2003).

²⁴ Silva (2006) informa que a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), que começou a se instalar na Guiné ainda no tempo de Sarmento Rodrigues, somente se implantou definitivamente, no território, entre 1956 e 1958.

²⁵ Apud AMADO, Leopoldo. *Simbólica de Pindjiguiti na óptica libertária da Guiné-Bissau (Parte I)*. 2006. Disponível em: <<http://guinela.blogspot.pt/3140.html>>. Acesso em: 14 dez. 2006.

²⁶ Apud AMADO, Leopoldo. *Simbólica de Pindjiguiti na óptica libertária da Guiné-Bissau (Parte I)*. 2006. Disponível em: <<http://guinela.blogspot.pt/3140.html>>. Acesso em: 14 dez. 2006.

²⁷ Vieira e Correa atuaram na UDIB; Keita jogou no Benfica de Bissau; Teixeira, no Sporting de Bissau.

²⁸ Trata-se da estação de agronomia onde trabalhou Cabral entre os anos de 1952 e 1955.

²⁹ Disponível em: <<http://www.didinho.org/RE-CREACAODAJUVENTUDE60.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2010.

³⁰ Os que deixavam a Guiné portuguesa e iam para Conacri para se prepararem para participar dos conflitos armados, eram recebidos, alojados e treinados no Lar dos Combatentes, criado e dirigido por Cabral, que lá, inclusive, lecionava aulas de ginástica; havia, na sede, um espaço para a prática esportiva. É sabido que, já durante a guerra, sempre que podia, Amílcar acompanhava as aulas de ginástica das Escolas-Piloto instaladas nas áreas conquistadas. (TOMÁS, 2008).

³¹ Disponível em: <<http://www.ludopedio.com.br/rc/index.php/arquivancada/artigo/202>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

³² Algumas referências indicam que Amílcar Cabral fez também parte da direção desse clube; outros indicam que a agremiação foi o Travadores; contudo, não consegui confirmar tais informações.

Referências

- BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega, 1999.
- CABRAL, Amílcar. *A prática revolucionária: unidade e luta II*. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- CARVALHO, Norberto Tavares de. *De campo a campo: conversas com o comandante Bobo Keita*. Porto: Edição do Autor, 2011.
- CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1998.
- FERNANDES, Gabriel. *Em busca da nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*. Florianópolis: Ed. da UFSC. Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.
- LEONARD, Yves. Salazarisme et lusotropicalisme: histoire d'une appropriation. *Lusotopie*, Paris, p. 211-226, 1997.
- LOPES, José Vicente. *Cabo Verde: os bastidores da independência*. Praia: Spleen, 2002.
- MELO, Antônio (Org.). *Colonialismo e lutas de libertação: sete cadernos sobre a guerra colonial*. Lisboa: Afrontamento, 1974.
- MELO, Victor Andrade de. *Jogos de identidade: o esporte em Cabo Verde*. Rio de Janeiro: Apicuri; CNPq, 2011.
- MELO, Victor Andrade de; BITTENCOURT, Marcelo. Sob suspeita: o controle dos clubes esportivos no contexto colonial português. *Tempo*, Niterói, n. 33, 2012. No prelo.
- MELO, Victor Andrade de; BITTENCOURT, Marcelo; NASCIMENTO, Augusto (Org.). *Mais do que um jogo: o esporte no continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- PEREIRA, Aristides. *O meu testemunho: uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Notícias, 2003.
- PIMENTA, Fernando Tavares. *Portugal e o século XX: Estado-Império e descolonização (1890-1975)*. Lisboa: Afrontamento, 2010.
- PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e a *intelligentsia* salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974). *História*, Franca, v. 28, n. 1, p. 445-482, 2009.
- SILVA, António E. Duarte. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 9-10, p. 141-167, 2006.
- TOMÁS, António. *O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral*. Praia: Spleen, 2008.

